ATORES E PROCESSOS INTERNACIONAIS: ESTADOS, ORGANIZAÇÕES, TANS, REGIMES INTERNACIONAIS E UE

APRESENTAÇÃO DO CURSO

O curso tem o objetivo de abordar uma perspectiva interdisciplinar sobre relações internacionais e direito internacional. Conceitos, dinâmicas e abordagens teóricas sobre atores das relações internacionais e sua interface com um debate sobre normas e direito internacional público serão explorados na primeira parte do curso e casos temáticos selecionados na segunda parte.

Além dos atores relevantes, serão abordados conceitos e debates sobre o papel das comunidades epistêmicas (p. ex. Haas, 1992; 2015) nos regimes e na atuação das *Transnational Advocacy Networks* (TANs) (p. ex. Hudson, 2001); o tema da interdependência e autonomia das organizações internacionais governamentais e não governamentais (Haftel & Thompson, 2006); regimes internacionais como instituições complexas e variáveis intervenientes das relações internacionais (Krasner, 2010; Keohane, 1984); dentre outros temas relevantes no cenário de uma perspectiva da atuação internacional de atores estatais e não estatais. Atores não estatais em nosso curso são considerados não apenas ONGs, mas também atores transnacionais de caráter privado ou público (Risse, 2013), como as TANs e a UE.

Assim, além dos Estados e das organizações intergovernamentais (que possuem caráter estatal), as TANs serão objeto de estudo. Essas não se confundem com movimentos sociais transnacionais, e serão estudadas como instituições complexas (Keck & Sikkink, 1998, Thomas Risse, 2013), em que a sociedade civil se articula transnacionalmente com demais atores e processos para impactar relações de poder e influenciar agendas políticas, agentes públicos, pressionar mudanças de valores ou difundir informação e denúncias, por exemplo. Os regimes internacionais são instituições políticas internacionais, podendo constituídas informalmente, conceito pouco explorado quanto aos seus aspectos Finalmente, o caráter de *actorness* da União Europeia teóricos e práticos. (Ginsberg, 1999; Hix, 2011; Christopher Hill & Vanhoonacker-Kormoss, 2023), como uma nova polity na ordem internacional contemporânea será explorado, seja quanto aos impactos regionais ou internacionais. Enquanto um sistema regional munido de instituições supranacionais (único caso existente), a UE impacta políticas nacionais e políticas externas de seus Estados membros e de países terceiros.

Em todas as aulas e especialmente nas aulas finais do curso, procuraremos aplicar os conceitos e abordagens exploradas a casos temáticos e pesquisas que utilizam os conceitos e abordagens estudados, com o objetivo de identificar fatores que implicam nas *politics* das relações internacionais.

PROCEDIMENTOS E AVALIAÇÃO

Alunos e alunas devem realizar as leituras previstas para cada semana, conforme indicado no programa de curso. Serão eventualmente sugeridas leituras complementares e fontes primárias ou sites para pesquisa, de acordo com o tema e as discussões sobre os textos.

A participação em aula é esperada, de forma construtiva e colaborativa, e contribuirá para a computação da avaliação final individual.

A avaliação se fará da seguinte forma:

Participação em aula ao longo do semestre - 20% Atividades - 20% Trabalho Final - 60%

CRONOGRAMA

AULA 1

Apresentação do Programa e de todos e todas. Apresentação das diretrizes do curso, introdução geral do conteúdo e objetivo, limites e procedimentos.

PRIMEIRA PARTE ATORES E PROCESSOS INTERNACIONAIS

AULAS 2 E 3 ESTADO E DIREITO

BYERS, Michael. 1995. "Custom, Power, and Power of Rules". Michigan Journal of International Law. Vol. 17, N. 1, pp. 109–180.

_____. 2008. "International Law". In: Reus-Smit, Christian; SINIDAL, Duncan. *The Oxford Handbook of International Relations*. Capítulo 36, pp. 612-631.

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. 2014. *Direito Internacional Público e Privado*. Bahia: Editora JusPodivm.

SEITENFUS, Ricardo. 2005. *Manual das Organizações Internacionais*. Porto Alegre: Ed. Livraria do Advogado, pp. 35-61 (Introdução até 2.2 - inclusive)

FINNEMORE, Martha; SIKKINK, Kathryn 1998. "International Norm Dynamics and Political Change" *International Organization*, Vol. 52, No. 4, pp. 887–917.

AULAS 4

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS INTERGOVERNAMENTAIS

HAFTEL, Yoram Z.; THOMPSON, Alexander. 2006. "The Independence of International Organizations: Concept and Applications" *Journal of Conflict Resolution* Vol. 50, N. 2, pp. 253–275.

KEOHANE, Robert O. 1999. "International Institutions: Two Approaches". *International Studies Quarterly*, Vol. 32, N. 4, pp. 379–396.

PEVEHOUSE, Jon; BORZYSKOWSKI, Inken Von. 2016. In: COGAN, Jacob K.; HURD, Ian; JOHNSTONE, Ian. *The Oxford Handbook of International Organizations*. Oxford: Oxford University Press, Capítulo 1, pp. 3–32.

DUNOFF, Jeffrey L. 2016. "The Law and Politics of International Organizations". In: COGAN, Jacob K.; HURD, Ian; JOHNSTONE, Ian. *The Oxford Handbook of International Organizations*. Oxford: Oxford University Press, Capítulo 3, pp.60–88.

AULA 5 E 6

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS NÃO-GOVERNAMENTAIS E TANS

HUDSON, Alan. 2001. "NGOs transnational advocacy networks: from 'legitimacy' to 'political responsibility'?" *Global Networks*, Vol. 1, N. 4, pp. 331–352

AHMED, Shamima; POTTER, David M. 2013. NGOs in International Politics. London: Kumarian Press.

KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. 1998. *Activists beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics*. Ithaca/London: Cornell University Press.

RISSE Thomas. 2013. "Transnational Actors and World Politics" In: CARLSNAE, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth A. <u>Handbook of International Relations</u>. London: SAGE Publications Ltda., capítulo 17, pp.426–452.

AULA 8

COMUNIDADES EPISTÊMICAS E TANS

HAAS, Peter M. 2015. *Epistemic Communities, Constructivism, and International Environmental Politics*. Abingdon: Routledge.

HAAS, Peter M. 1992. "Introduction: Epistemic Communities and International Policy Coordination" *International Organization* Vol. 46, No. 1 (Knowledge, Power, and International Policy Coordination). Vol 46, N. 1, pp. 1–35.

ADLER, Emanuel; HAAS, Peter M. 1992. "Conclusion: Epistemic Communities, World Order, and the Creation of a Reflective Research Program". *International Organization*. Vol 46, N. 1, pp. 367–390.

AULA 9

REGIMES INTERNACIONAIS

HASENCLEVER, A.; MAYER, Peter; RITTBERGER, Volker. 2004. *Theories of International Regimes*. Cambridge: Cambridge University Press. (Introdução: pp. 1–7 e capítulo 2: pp. 8–22).

KEOHANE, Robert O. 1984. After Hegemony. Cooperation and Discord in the World Political Economy. Princeton/Oxford: Princeton University Press, (capítulo 4: pp. 49-64)

KRASNER, Stephen D. 2010. "<u>Causas Estruturais e consequências dos Regimes Internacionais: regimes como variáreis intervenientes</u>". *Revista de Sociologia Política*. Vol. 20, n. 42, pp. 93–110. (tradução artigo do autor publicado na *International Organization*, Vol. 36, N. 2, p. 185–205, Spring 1982).

AULAS 10 E 11 UNIÃO EUROPEIA

BENDLEK, Annegret; ALANDER, Minna; BOCHTLER, Paul. 2020. <u>CFSP: The Capability-Expectation Gap Revisited. A Data-Based Analysis</u>. *Stiftung Wissenschaft und Politik* – SWP (German Institute for International and Security Affairs) SWP Comment 2020/C 58, 01.12.2020.

GINSBERG, Roy H.. 1999. "Conceptualizing the European Union as an International Actor", *Journal of Common Market Studies*, Vol. 37, N. 3, pp. 429-54.

HILL, Christopher & S Vanhoonacker-Kormoss. 2023. *International Relations and the European Union*. Oxford: Oxford University Press.

HIX, Simon. 2011. The political System of the European Union. London: Macmillan Press Ltda.

MANNERS, Ian. 2010. "Global Europa: Mythology of the European Union in world politics", Journal of Common Market Studies, Vol. 48, N. 1.

_____. 2002. "Normative Power Europe: A contradiction in Terms?" Journal of Common Market Studies, Vol. 40, N. 2, pp. 235–58.

SEGUNDA PARTE Casos Temáticos